

Falar bem, por sua vez, não pode ser reduzido à habilidade de emitir sons articulados ou frases gramaticalmente corretas. A oralidade eficaz requer consciência situacional, intencionalidade argumentativa e sensibilidade discursiva. Desde a retórica clássica de Aristóteles — que delineou as dimensões do ethos, pathos e logos como estruturantes da persuasão — até aos modelos contemporâneos de racionalidade comunicativa propostos por Habermas (2024), a oralidade é compreendida como um exercício ético-estético de produção de sentido. O ato de falar bem pressupõe a escuta ativa, a negociação de significados e a busca de consensos intersubjetivos, elementos fundamentais para a convivência democrática. Estudos empíricos recentes (Van Rompay, 2024) confirmam que a proficiência na comunicação oral está correlacionada com o desempenho em contextos de liderança, inovação pedagógica e resolução de conflitos, demonstrando que a oralidade bem estruturada é também uma competência estratégica para a vida profissional.

Escrever bem, por sua vez, representa a capacidade de traduzir o pensamento em linguagem estruturada, coerente e socialmente relevante. A escrita constitui um processo complexo de construção de sentido, envolvendo planeamento, formulação, revisão e reescrita, e não apenas a codificação linear de ideias. No domínio académico, a escrita exige rigor argumentativo, clareza conceptual e conformidade com normas epistemológicas. Cardoso, Rocha e Martins (2024) afirmam que escrever bem é mais do que dominar a gramática: é articular pensamento crítico com responsabilidade comunicativa. Neste sentido, Madeira, Esteves e Pinto (2025) identificam uma relação direta entre a proficiência na escrita e a capacidade de sustentar posições racionais, demonstrando que o desenvolvimento da escrita está intimamente ligado à maturação do pensamento reflexivo. A escrita, enquanto memória social, também cumpre a função de fixar o conhecimento, perpetuar debates e construir legado intelectual, o que lhe confere uma dimensão epistemológica e ética inegável.

A articulação entre essas três competências — pensar, falar e escrever — não é arbitrária, mas estrutural. Elas constituem um sistema simbiótico, em que o aperfeiçoamento de uma dimensão repercute positivamente nas outras. O pensamento crítico fornece a base cognitiva para a organização discursiva; a oralidade assegura a partilha e a negociação das ideias; e a escrita permite a sua consolidação e disseminação. Quando esta tríade é desenvolvida de forma integrada, observa-se não apenas uma melhoria no desempenho académico, mas também um fortalecimento da capacidade cidadã, entendida como a aptidão para participar criticamente na vida pública, interpretar informações com discernimento e interagir com responsabilidade nos múltiplos ambientes comunicacionais da atualidade.

Em Portugal, apesar de elevados índices de alfabetização, persistem preocupações no que respeita à literacia funcional e digital. Relatórios recentes (Líder Magazine, 2024) evidenciam assimetrias preocupantes entre o litoral e o interior, bem como entre faixas etárias e níveis de escolaridade, revelando lacunas significativas na capacidade de interpretar textos, avaliar criticamente conteúdos digitais e participar em debates públicos. Esta realidade reforça a pertinência de uma abordagem que valorize a tríade em questão, não apenas como modelo educativo, mas como estratégia de justiça social. A formação para a literacia ampliada deve ser compreendida como um investimento no capital humano e cívico, apto a gerar impactos positivos na inclusão social, na empregabilidade e na sustentabilidade democrática.

No plano educacional, diversos estudos apontam para a urgência de reformular práticas pedagógicas ancoradas exclusivamente na memorização e na reprodução mecânica de conteúdos. A tríade falar bem, pensar bem e escrever bem impõe um paradigma centrado no estudante enquanto sujeito ativo da

aprendizagem, capaz de formular perguntas relevantes, de dialogar com os pares e de construir saberes a partir de múltiplas fontes. Habermas (2024) destaca que a ação comunicativa — baseada na troca racional de argumentos entre sujeitos livres e iguais — é condição para uma educação emancipadora, que não se limita à instrução, mas promove a formação integral do indivíduo. Nesta perspectiva, a tríade não é apenas um modelo de competências, mas um ethos educativo.

A dimensão ética da tríade não pode ser negligenciada. Em tempos de desinformação, discurso de ódio e polarização crescente, pensar bem, falar bem e escrever bem tornam-se imperativos morais. Um pensamento acrítico pode legitimar práticas discriminatórias; uma fala irresponsável pode disseminar preconceitos; uma escrita negligente pode perpetuar erros factuais ou epistemológicos. A tríade, portanto, assume uma função reguladora, orientando o sujeito para a ação responsável, o respeito pelo outro e a busca pela verdade. Esta visão encontra eco nas diretrizes da UNESCO (2024), que defendem uma literacia orientada para a sustentabilidade, a paz e os direitos humanos, o que implica não apenas a aquisição de competências técnicas, mas a formação de consciências críticas e solidárias.

Em termos de política pública, a incorporação da tríade como eixo estruturante dos currículos escolares e universitários revela-se urgente. Isto exige investimentos em formação de professores, recursos pedagógicos inovadores, avaliação formativa e promoção de ambientes discursivos que estimulem a liberdade de pensamento, a argumentação racional e a escrita reflexiva. Deve-se reconhecer que a tríade não é um privilégio elitista, mas um direito universal, cuja efetivação contribui para a coesão social, a inovação científica e a qualidade democrática. Além disso, em tempos de inteligência artificial e automação crescentes, competências humanas como o pensamento crítico, a comunicação clara e a escrita criativa ganham ainda mais relevância, por serem justamente aquelas que as máquinas não conseguem replicar em profundidade.

Em síntese, a tríade falar bem, pensar bem e escrever bem configura-se como a matriz operatória da literacia contemporânea. Longe de representar um ideal abstrato, ela traduz uma necessidade concreta para lidar com a complexidade do presente e para projetar futuros mais equitativos, críticos e sustentáveis. Promover esta tríade é, portanto, investir na autonomia intelectual, na dignidade comunicativa e na responsabilidade epistemológica dos cidadãos do século XXI. Não se trata apenas de uma agenda educativa, mas de um projeto civilizacional.

Referências Bibliográficas

Cardoso, N., Rocha, I., & Martins, L. (2024). *Enfermagem de reabilitação: Novas abordagens baseadas em evidência*. *Millenium*, 12(1), 77–90.

Habermas, J. (2024). *Comunicação e racionalidade no século XXI*. Springer.

Líder Magazine. (2024). *Desigualdades de literacia em Portugal: Interior versus litoral*.
<https://lidermagazine.sapo.pt/desigualdades-literacia-portugal-interior-litoral>

Madeira, R., Esteves, D., & Pinto, N. (2025). Acceptance factors and barriers to the implementation of a digital intervention with older adults with dementia or caregivers. *JMIR Research Protocols*, 14(1), e56584.
<https://doi.org/10.2196/56584>

Mezirow, J. (2023). *Transformative learning in practice*. Routledge.

Paul, R., & Elder, L. (2024). *Critical thinking: Tools for taking charge of your learning and your life* (4th ed.). Pearson.

UNESCO. (2024). *International Literacy Day 2024: Advancing learning for a sustainable future*. Paris: UNESCO. <https://www.unesco.org/en/days/literacy>

Van Rompay, T. J. L. (2024). *Design and implementation of personalized learning ecosystems*. Springer Nature Education.

Data de Publicação: 21-11-2025